

AS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO: ARTHUR RAMOS E A ANTROPOLOGIA APLICADA

*Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros**

Resumo: O surgimento da Universidade do Brasil, com a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia em 1939, corresponde à institucionalização dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, numa adequação ao modelo de desenvolvimento nacional do Governo Vargas. O primeiro catedrático de antropologia, o professor Arthur Ramos, dedica-se à alteração, em termos científicos, das explicações da sociedade pelos quadros teóricos do racismo, substituindo-os pelo culturalismo. Sua concepção de Antropologia Aplicada levou-o ao engajamento na luta contra o racismo e o nazismo, identificado, cientificamente, como ideologia racista xenófoba.

Palavras-chave: Antropologia Aplicada, Arthur Ramos, Desenvolvimento Nacional, Racismo, Culturalismo.

A coincidência do final de século com o fim do milênio e os quinhentos anos de “criação” do Brasil, desencadearam uma euforia festiva comemorativista e a corrida ao “repensar a história”, daí surgindo a onda avassaladora de “balanços” do pensamento brasileiro.

Uma das mais representativas expressões desse pensamento, as Ciências Sociais têm sido objeto de análise em importantes livros como a “História das Ciências Sociais no Brasil”, organizado por Sérgio Miceli.

Estudiosos como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Manoel Bonfim, durante décadas ausentes da academia, adentram a Universidade em seminários, palestras, ocupando prestigioso lugar nas bibliotecas, inspirando dissertações, teses e trabalhos de pós-doutorado. Enfim, integram bibliografias acadêmicas.

Todos eles centenários, ensejam festas e grandes debates entre aqueles que “resgatam” suas obras e histórias da vida. Se entendermos resgate como recuperação de algo que se havia perdido, cabe a pergunta: como e por que a Universidade os perdeu - Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Josué de Castro, ou não os recebeu - Manoel Bonfim, Guerreiro Ramos?

Tendo feito na Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil) e depois no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio de Janeiro), até 1970 considerável carga de leitura da obra do fundador da cadeira de Antropologia daquela instituição - Arthur Ramos, acompanhei, nos últimos trinta anos, o progressivo desaparecimento de seu nome das bibliografias nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais.

Ocupando a cadeira de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal - UDF e como catedrático de Antropologia na Faculdade Nacional de Filosofia - FNF; o médico Arthur Ramos se fez cientista social nas duas primeiras Universidades do Rio de Janeiro. Com obras elogiadas na época, como “Introdução à Psicologia Social” e “O Negro Brasileiro”, dirigindo a importante coleção da Editora Civilização Brasileira - “Biblioteca de Divulgação Científica” e fazendo parte da comissão editorial da “Brasiliana” - Cia Editora Nacional, foi convocada para a criação e institucionalização dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro.

As análises sobre a criação destes cursos no Brasil têm polarizado, contrapondo dicotomicamente o embasamento político ideológico, tanto quanto intelectual, das duas primeiras instituições surgidas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com evidentes conotações valorativas. Exemplifica, a afirmação: “*A Faculdade Nacional de Filosofia, apesar de ter-se consolidado em alguns de seus cursos e programas, não chegou a capturar a mística e as esperanças que cercaram a Universidade do Distrito Federal, nem conseguiu se equiparar ao nível de qualidade*”

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

de sua congênere e antecessora paulista, criada em 1934... A faculdade de economia jamais chegou a se constituir no centro de formação de líderes nacionais a que se destinava inicialmente (SCHWARTZMAN, 2000, 242).

Partindo da afirmação de existência de competição entre os projetos universitários de Armando de Sales Oliveira (Universidade de São Paulo) e de Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde – Universidade do Brasil), desenvolveu-se a argumentação de maior êxito da USP, porque *"a criação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP obedeceu a procedimentos muito mais acadêmicos, que, por isto, deram melhor resultado"* (SCHWARTZMAN, 2000, 242).

Por esta linha de raciocínio, chega-se a conclusões interessantes como: *"...A escolha dos professores estrangeiros das áreas mais técnicas foi feita a partir do trabalho pessoal de um matemático de grande competência, Teodoro Ramos; os de ciências sociais, recrutados predominantemente na França, eram familiares à intelectualidade paulista, de orientação francesa conhecida"*. (SCHWARTZMAN, 2000, 243)

A série de explicações para a afirmada superioridade de objetivos, formas e meios de organização do corpo docente, com o "envolvimento da própria comunidade científica e acadêmica existente no estado, por outro, o projeto nacional era de concepção muito mais hierárquica e autoritária, buscando implementar-se de cima para baixo". Assim termina: *"A todas estas considerações há que acrescentar uma outra, de ordem mais geral: por uma série de razões nem sempre muito claras, mas que incluem, sem dúvida, a dinâmica de sua economia e a presença de grandes contingentes de origem européia, é possível que São Paulo possuísse, já no início da década de 1930, um ambiente mais propício para a atividade intelectual, cultural e científica do que o Rio de Janeiro, e isto proporcionava um terreno mais sólido para um projeto universitário"*. (SCHWARTZMAN, 2000, 243)

Não cabe num artigo de dimensões pré-estabelecidas uma discussão pontual de todo o livro objeto dessas reflexões, mas as afirmações transcritas despertam problematizações. Primeiramente, se encontra no Arquivo Capanema do CPDOC uma imensa lista de candidatos a professores da FNFI, com indicações de setores intelectuais do Rio de Janeiro, de influência predominantemente francesa. Os professores estrangeiros contratados para a FNFI eram também familiares ao grupo intelectual do Rio, do qual, tão importante quanto o matemático Teodoro Ramos, fazia parte o físico Costa Ribeiro.

A caracterização ideológica da escolha do corpo docente da USP não pode ser tão diferente daquela que orientou as escolhas da FNFI, porque o sistema altamente repressivo e centralizador do governo Vargas, antes e durante o Estado Novo, não se exercia apenas no Distrito Federal. A documentação dos arquivos do DOPS no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro mostra a sintonia, a agilidade de ação e o sistema altamente articulado de controle entre as polícias paulistas e carioca, trocando informações sobre Portinari, Arthur Ramos, Oscar Niemeyer, Graciliano Ramos, Omar Catunda, F. C. de Castro Neves, oriundos e viventes de qualquer parte do país.

A condição de capital do Império e da República, com a concentração de instituições como Biblioteca Nacional, museus, escolas (de medicina, engenharia, música, direito), teatros, orquestras, editores, jornais, e todos os órgãos administrativos, Academia Brasileira de Letras, Museu Nacional e concentração de intelectuais de todo o Brasil, tornou o Rio de Janeiro a "capital cultural" do país, até à transferência do governo para Brasília. Utilizando expressões do texto, diria que mesmo sem a presença de grandes contingentes de população de origem européia, o Rio de Janeiro foi um "ambiente propício para a atividade intelectual, cultural e científica", o que determinou que aí se desse a realização, nas artes e na arquitetura, do projeto modernista.

Não me parece cabível a visão do corpo docente da FNFI, seus programas e objetivos como perfeito produto da idealização, da intencionalidade do projeto ministerial. O próprio livro em questão registra conflitos e frustrações, concessões e pressões de intelectuais como Alceu Amoroso Lima, e do Ministro, quando contrata um professor crítico em relação ao fechamento da UDF.

Colocando-se como um mestre da arte do possível, em política, Capanema solicita ao diretor do Colégio Pedro II (Raja Gabaglia) a relação de alunos judeus daquela instituição, enquanto contrata elementos considerados perigosos comunistas, pelo Departamento de Ordem Política e Social, como Niemeyer e Candido Portinari.

Nesta ambigüidade típica dos que ocupam o poder em regimes ditatoriais, contrata Arthur Ramos para a FNFI, depois da prisão daquele intelectual em 1937, tendo este permanecido catedrático após a prisão de 1942. A polícia prendia-o como perigoso, enquanto o Ministério das Relações Exteriores convidava-o para pronunciar conferências no Itamarati.

Nestes espaços de tensão se constitui o possível histórico de se construir e transmitir conhecimento numa instituição hoje apontada como produto do Estado Novo, sendo paradoxalmente aquela mais atingida pela repressão contra seus alunos e professores, e pela indigência de recursos já denunciada pelo reitor Dr. Raul Leitão da Cunha, em julho de 1941. Estabelecendo uma comparação da FNFI com a FFCL da USP, mostra tabela em que o

número de alunos de Ciências Sociais da primeira é maior que o da segunda, argumentando em memorando ao Ministro: "Os números que vêm de ser transcritos, demonstram a inferioridade dos elementos de ensino de que dispõe a Faculdade Federal, comparativamente à estadual, pois ao passo que a primeira dispõe atualmente, para 46 cadeiras de 33 assistentes, a segunda, para 49 cadeiras, tem 66 assistentes".

Vasta documentação do Arquivo Arthur Ramos na Biblioteca Nacional mostra a autoridade com que este professor elabora programas para sua disciplina, insiste na autonomia da Antropologia, propõe a criação de um Instituto de Pesquisas em Ciências Sociais e exerce liberdade de cátedra, denunciando a ascensão do nazi-fascismo e suas vinculações com o sistema brasileiro.

Recusando a centralização e o controle programático, caros aos planejadores da educação nacional, não responde à proposta, neste sentido, do Professor da USP, o antropólogo Emílio Willems.

"Prezado Professor Arthur Ramos:

Desde que dedico os meus esforços ao ensino da Antropologia nesta Faculdade venho notando uma grande confusão que reina no nosso meio a respeito dos objetivos dessa ciência ... Parece-me que a confusão atualmente reinante cresce à medida que vão sendo criadas faculdades de filosofia pelos Estados afora. Só em São Paulo já temos quatro. No ano que vem serão cinco. A desorientação dos professores (geralmente dilettantes) é grande e requer uma providência qualquer. Imaginei, portanto, que algumas palavras de orientação formulada pelo Sr. e por mim como professores da matéria nas duas maiores faculdades do país, poderiam produzir efeitos benéficos sobre as demais escolas e sobre os estudiosos em geral. Os problemas a serem abordados no texto, deveriam, a meu ver, constar os seguintes pontos:

1-A definição da Antropologia como ciência integral do homem, dando porém "ênfase" à Antropologia cultural de acordo com as necessidades do nosso meio.

2-Intensificação nos cursos de introdução e nos seminários de especialização da parte dedicada ao estudo e à crítica das doutrinas raciais.

3- A definição das três tarefas máximas da Antropologia no Brasil.

a) Estudo de culturas indígenas e seus contatos com a "civilização"

b) Estudo das culturas "caboclas" indispensável à solução do problema rural brasileiro

c) Estudo da aculturação de certos grupos étnicos e raciais (negro), japonês, alemão etc.

Peço-lhe que examine este plano e me escreva a respeito. Estou pronto para redigir o texto definitivo, de acordo com as suas sugestões. Seria preferível, no entanto, que a redação final fosse feita pelo senhor. A revista Sociologia ou a Revista do Arquivo Municipal (ao lado de alguns jornais) poderá publicar o texto e tirar um número elevado de separatas para a distribuição nos meios interessados.

Agradecendo sua resposta cumprimenta-o

Emílio Willems. (RAMOS)

Nessa carta não se pode detectar o propalado projeto da FFLCH de formar elites governantes, embora os criadores da universidade desejassem possivelmente, formar intelectuais que defendessem os interesses econômicos e políticos do grupo dirigente de São Paulo,

Na proposta de organização do curso de Ciências Sociais, elaborado pela equipe presidida por dona Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, justifica-se a criação de um curso de aperfeiçoamento "Pela necessidade de serem preparados técnicos e estudiosos de Antropologia e Etnografia, não só com vistas à escolha de assistentes da cadeira como para outras finalidades que o desenvolvimento da vida científica nacional for exigindo" (TORRES).

A especialização em métodos e técnicas de pesquisas Sociais serviriam como "cursos especializados de sociologia e economia para aproveitamento imediato de seus diplomados em virtude da carência cada vez maior de técnicos em economia, finanças, demografia etc." (TORRES).

Tanto no projeto de criação da UDF quanto no da FNFI, está presente a preocupação com uma melhoria do nível fundamental e secundário da educação através de professores de nível superior, em todas as disciplinas. Os

diplomados pela FNF, se o desejassem, eram todos contratados, sem concurso, para a rede pública de ensino no Distrito Federal.

Nacionalmente se promovem cursos de economia, estatística, geografia etc, para a preparação de uma burocracia competente, capaz de executar , cientificamente , o projeto modernizador da nação.

O que se pode afirmar, a partir da contextualização do surgimento dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, é que isto ocorre justamente quando se elabora um projeto estatal de desenvolvimento do país, o que exige formação e capacitação de pessoal em todos os níveis, e especializações, para alavancar as transformações necessárias à modernização. Oscilando entre os modelos de desenvolvimento nacional dos Estados Unidos e dos países do Eixo, a elite condutora desse processo , selecionando entre os intelectuais, os mais capazes, cooptou uns, estabeleceu um *modus vivendi* com outros, praticando, em qualquer circunstância, o terrorismo e o extermínio de quem planejasse qualquer alteração no projeto de atualização capitalista.

Sendo criados durante a eclosão do nazi-fassismo e da segunda guerra mundial, os cursos de Ciências Sociais expressaram , por seus corpos discente e docente e seus estudos, os embates ideológicos das doutrinas políticas capitalismo x comunismo, nazismo x democracia, caminhando na bipolarização ideológica disfarçada na unidade anti-nazista, e que se cristaliza no pós- guerra com a implementação da guerra fria.

Seria interessante fazer-se um estudo sobre a tão na moda prática de denúncia de instituições educacionais criadas no Estado Novo (somente as federais padeceriam de autoritarismo, como a mediocridade advinda de intervenções políticas em sua organização). Aí se poderia refletir sobre a miséria do sistema universitário brasileiro, criado no nível da graduação - na ditadura Vargas, e da pós - graduação na ditadura militar. Talvez pudéssemos entender como um mesmo sistema político industrial- militar teria produzido a OBAN e a COPPE, financiado a qualificação de importantes profissionais no estrangeiro, criado Universidades em quase todos os Estados, ao mesmo tempo que cassava, prendia e matava intelectuais.

Consciente dos choques de interesses, Arthur Ramos pauta sua conduta baseando-se na Antropologia Aplicada como modelo teórico e vivencial . Suas preocupações levam-no para muito além dos planejamentos governamentais para a universidade. Envolve-se nas lutas políticas de, seu tempo, quer contribuir para a melhoria da miserável vida do negro brasileiro, defende as minorias e o faz, anunciando, desde 1940, a necessidade de participação do antropólogo na resolução dos conflitos das relações humanas, na defesa da dignidade do homem. Afirmando a antropologia como uma ciência das relações humanas, Ramos irá desenvolver toda uma obra a respeito do papel do antropólogo no mundo pós-guerra.

Condenando veemente o terror da guerra, afirma em entrevista à "A Noite", Rio, 25 de novembro de 1943:

"A experiência antropológica tem provado que não se podem destruir impunemente as culturas e as filosofias de vida dos vários povos da Terra, como os indígenas do novo mundo, africanos, povos orientais, cultura do Pacífico ...impondo-lhes, pela força ou pela corrupção econômica, uma técnica de vida muito diferente das deles". (RAMOS)

Essas posições o levam a ser convidado para Diretor do Departamento de Ciências Sociais, da UNESCO, cuja equipe dirigente (Jaime Torres Bodet- presidente, Maria Montsore, Jean Piaget, Bertrand Russel e Julien Huxley) está totalmente dedicada à reconstrução do mundo destruído pela guerra.

No artigo "Perspectivas sobre o Departamento de Ciências Sociais", escreve:

"...eu ficaria feliz se nos fosse possível trabalhar não somente com o cérebro, mas também com o coração em busca da solução de inúmeras dificuldades que afetam uma grande parte da humanidade, principalmente os povos ditos oprimidos ou os povos atrasados, oprimidos ou marginais que ainda não receberam as benfeitorias da civilização." (Courier-UNESCO, Vol 11 -n* 8 september 1949 pg 28)

O conceito de Antropologia Aplicada, no contexto do pós-guerra, é por sua vez uma face pragmática contida na convocatória no "*Le Courier de L'UNESCO*" que, anuncia as atividades deste órgão, para 1950, e o 1º número do *Bulletin International de Sciences Sociales*, última criação de Arthur Ramos à frente do Departamento de Ciências Sociais daquele órgão da ONU:

"Porque Combatemos:

Direitos do homem, paz , cultura, liberdades fundamentais, justiça, cooperação internacional".

Na página 12 lê-se a fala de Dr. Torres Bodet na jornada das Nações Unidas de 24 de outubro de 1949:

"Hoje todo problema é universal: a economia, a educação, a saúde não são mais concebidas no quadro das fronteiras. A humanidade enfim tomou consciência de uma verdade incontestável: Sua vida é una, seu devir indivisível. A paz não é senão o mais belo nome de trabalho, devotamento cotidiano e, se o queres, de todas as indústrias e todas as artes orientadas para o serviço da humanidade. A paz não se assemelha a uma muralha erguida de uma vez por todas contra o mal. É a casa dos homens, que é necessário sem cessar reconstruir, sanear, expandir, adaptar enquanto há homens e porque há homens. O valor da paz se mede pelo grau de justiça e liberdade que ela proporciona".

Para a reconstrução do mundo, diferentes especializações profissionais se articulam na constituição de órgãos voltados para a aplicação dos conhecimentos necessários à solução dos problemas decorrentes da fragmentação das sociedades pela ruptura das relações entre os homens e as nações: Organização para a Alimentação e a Agricultura; Organização do Trabalho, Organização Mundial de Saúde.

O papel do cientista social na reflexão das problemáticas que afligem os homens se amplia para a ação prática de intervenção no social, ao se considerar, como no discurso que se transcreve que *"as questões políticas mais urgentes não são mais que consequência de velhos problemas crônicos: problemas econômicos e sociais, problemas morais e educativos, mal postos e mal resolvidos"*.

REFERÊNCIAS

- Ramos, Arthur – Correspondência Passiva, Coleção Arthur Ramos – Seção de Manuscritos - B.N.
Ramos, Arthur – B.N.
Schwartzman, Simon e outros - *Tempos de Capanema*
Rio de Janeiro, Paz e Terra / Ed. F.G.V., 2000, p242
Ibd, p 242
Ibd, p 243
Ibd, p 243
Torres, Heloísa Alberto – Coleção Arthur Ramos - Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional
Ibd

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, R. J. - *Aspectos Políticos da América Latina*, Rio de Janeiro, Ed., Distribuidora Record, 1964.
AZEVEDO, Fernando – *A Antropologia e a Sociologia no Brasil*, in: Azevedo (org.) *As Ciências Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Melhoramentos, 1955.
BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti – *Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de Seu Tempo*, Maceió: Universidade Federal de Alagoas. EDUFAL, 2000.
Elementos para o Estudo da Contribuição de Arthur Ramos às Ciências Sociais no Brasil, in: A ordem, órgão do Centro Dom Vital, Rio de Janeiro: vol.73, nº34, out/dez. 1976, pp.31 – 45.
- Prefácio ao livro Arthur Ramos – *As Culturas Européias*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1972.
- BULLETIN INTERNATIONAL DE SCIENCES SOCIALES* – UNESCO
- CORRÊA, Mariza – *A Antropologia no Brasil (1960 – 1980)* in: Micelli, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo: IDESP/ FAPESP, 1995.
COURRIER – UNESCO, vol.11 – nº 8 september, 1949.
CUNHA, Manuela C. da – *Antropologia do Brasil*, São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.
DURHAN, Eunice R. e Cardoso, R.C.L. – *O Ensino da Antropologia no Brasil*, Revista de Antropologia, junho/dezembro de 1961, vol.9 nº 1 e 2, pg 91 – 107.
FÁVERO, Maria de Lourdes de A. – *Faculdade Nacional de Filosofia – Corpo Docente, Matrizes de uma Proposta Autoritária*, Rio de Janeiro: INEP – Faculdade de Educação, UFRJ, 1989.
LEITE, D. M. – *O Caráter Nacional Brasileiro – História de uma Ideologia*, São Paulo: ED. Ática, 1992, 5ª edição.
LIPPI DE OLIVEIRA, Lúcia – *As Ciências Sociais no Rio de Janeiro*, in: Micelli, Sérgio (org.): *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol.2, São Paulo: IDESP/FAPESP, 1995.

MICELLI, Sérgio (org.) - *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol.2, São Paulo: IDESP/FAPESP, 1995.

PEIRANO, Mariza G. S. - *Os Antropólogos e suas Linhagens*, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS, 16, ano 6, jul/1991, São Paulo, pp.43 - 49.

SCHWARTZMAN, Simon - *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, CNPQ/Coordenação Editorial Brasília, 1982.

_____ *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/Ed. F.G.V., 2000, p242.

VINCEZI, L. J. Braga de - *A Fundação da Universidade do Distrito Federal e seu Significado para a Educação no Brasil*, Fórum Educacional (Fundação Getúlio Vargas), vol.10 nº3 jul/set 1986.